

# COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_ DE 2009  
(Do Sr. Dr. TALMIR)

*Requer a realização de Audiência Pública para debater o sacrifício de crianças indígenas com deficiência e com problemas de saúde conforme relatado no documentário QUEBRANDO O SILÊNCIO da jornalista Sandra Terena*

**Senhora Presidente,**

Requeiro, nos termos regimentais a realização de uma Audiência Pública com o objetivo de debater o sacrifício de crianças indígenas com deficiência e com problemas de saúde em território brasileiro conforme relatado no documentário **QUEBRANDO O SILENCIO** da jornalista Sandra Terena.

## JUSTIFICATIVA

No ano de 2008 funcionou nesta Casa a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas, as consequências e os responsáveis pela morte de crianças indígenas por subnutrição de 2005 a 2007, que ficou conhecida como CPI da Subnutrição de Crianças indígenas.

O relatório final da CPI foi aprovado na data de 03 de junho de 2008 e traz em seu bojo inúmeras recomendações que tem como objetivo a erradicar no Brasil as mortes de crianças indígenas por subnutrição.

Durante os trabalhos daquela CPI os parlamentares foram surpreendidos com uma *causa mortis* de crianças indígenas que para muitos até então era apenas uma lenda. Trata-se do infanticídio praticado por algumas etnias brasileiras por motivações culturais.

Os membros da CPI, identificaram que paralelo aos trabalhos de investigação da Comissão de Inquérito a discussão sobre o tema infanticídio em áreas indígenas estava sendo travada nesta Casa na Comissão de Direitos Humanos e Minorias e por meio das discussões travadas em torno do PL 1057/2007, de autoria do Deputado Henrique Afonso (PV/AC), mais conhecido como Lei Mwaji, que tem como objetivo a proteção a vidas das crianças indígenas que são destinadas ao sacrifício.

Durante a fase de depoimentos e interrogatórios a CPI ouviu a conceituada jurista Dra. Ariadne de Fátima Cantú da Silva, promotora da Infância e da Juventude do Mato Grosso do Sul e Presidente da Comissão Nacional de Defesa dos Direitos da Criança Indígena, junto à ABMP (Associação Brasileira do Ministério Público) e na página 77 do relatório final da CPI encontramos a seguinte menção daquela promotora ao infanticídio:

***“ Ao Deputado Ilderlei Cordeiro, que inquiriu como se atenderiam as populações indígenas respeitando seus costumes, respondeu : ser o problema o sistema jurídico misto, pois vigem o Estatuto Indígena e o Estatuto da Criança e do Adolescente, em alguns casos divergentes, e surgem situações cuja avaliação de caráter subjetivo, segundo seu entendimento, cabe ao operador de Direito. Mas, afirmou, de maneira inequívoca, como recomendação do próprio Conanda, que os direitos fundamentais da criança têm prioridade, ainda que em conflito com a sua cultura. Exemplificou com os casos, freqüentemente divulgados pela imprensa, de infanticídio em algumas tribos, em caso, por exemplo, de crianças gêmeas. Ao contrário dos antropólogos, que têm posição bastante firme no sentido de respeitar as tradições e a indígena da maneira mais pura possível, os operadores do Direito, avaliam objetivamente que a vida é direito fundamental, acima de qualquer valor cultural.”***

Nas conclusões do relatório final da CPI da Subnutrição de Crianças Indígenas, nas paginas páginas 190 e 191, destaca-se o seguinte:

***“ Um aspecto relevante para a desnutrição de crianças e que diz respeito à responsabilidade da própria comunidade indígena, mas sobre o qual poucas***

***informações foram apresentadas no relatório, relaciona-se ao choque entre a cultura índia e não-índia, verificado em temas polêmicos como o infanticídio e abandono de crianças em algumas situações. Esses temas precisam de abordagem adequada para evitar que se “culpem as vítimas”, mas necessitam ser enfrentados com responsabilidade, a exemplo do entendimento de operadores da justiça, que tem priorizado a preservação do direito à vida das crianças indígenas brasileiras.”***

Desde o final daquela CPI, esta Casa, uma vez ou outra é surpreendida com notícias da prática do infanticídio e de casos de homicídio de crianças indígenas especialmente de crianças indígenas portadoras de alguma deficiência ou doença.

Recentemente fomos surpreendidos com o lançamento de um excelente documentário produzido pela índia Sandra Terena sob o título **“Quebrando o Silêncio”** que retrata de forma madura e inteligente a realidade do infanticídio, respeitando as questões culturais dos índios brasileiros

O documentário choca por trazer verdadeiros depoimentos de índios de diversas etnias sobre a morte de crianças por motivações culturais, em especial as portadoras de alguma doença ou anomalia.

O que chama atenção no documentário é que ele foi totalmente produzido e dirigido por indígenas e consta apenas depoimentos, imagens e participação dos índios brasileiros o que dá àquela obra cinematográfica credibilidade e que nos faz ficar ainda mais preocupados pois as falas e as imagens são fortes e precisam ser analisadas e avaliadas com **URGÊNCIA** por esta Comissão de Seguridade Social e Família.

Observa-se ao longo daquele documentário que líderes indígenas estão em busca de socorro e de respostas; denota-se que comunidades inteiras questionam o que fazer com suas crianças com deficiência e há nas palavras dos líderes uma expectativa e uma esperança para que vidas sejam salvas e para que as autoridades brasileiras ofereçam às crianças indígenas com deficiência a oportunidade de terem uma vida com dignidade.

Desta forma, esta Comissão, com base em suas atribuições, não pode e não deve ficar fora deste debate. Neste sentido, solicito a realização de uma Audiência Pública para conhecer e debater o

documentário **QUEBRANDO O SILÊNCIO**, coma exibição do filme e a presença das seguintes pessoas para discutir seu conteúdo:

**SANDRA TERENA**, jornalista e produtora do documentário; **ELI TICUNA**, professor e diretor da instituição Atini – Voz pela Vida; **EDSON BAKAIRI**, professor, sobrevivente do infanticídio e líder Movimento Indígenas a Favor da Vida; **ALFREDO WAPIXANA**, professor e diretor do PRONESP - Programa Nova Esperança de Roraima; e **Dr. WANDERLEY GUEKA**, Diretor do Departamento de Saúde Indígena da Funasa.

Dada a **urgência** do tema e da evidência que inúmeras crianças indígenas são sacrificadas mensalmente por serem portadoras de deficiência ou de problemas de saúde, requeiro o apoio dos nobres pares para a provação deste Requerimento.

Sala das Comissões, novembro de 2009.

**DR. TALMIR**  
**Deputado Federal PV/SP**